

Resenha do livro:

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

*Resenha por: Marco A. de O. Gomes¹
Faculdade de Educação - UNICAMP*

Concepção problematizadora da Educação.

Escrita por Paulo Freire no exílio, a obra expressa os caminhos trilhados pelo autor na fundamentação de sua prática pedagógica, que em linhas gerais propõe uma ação educativa dialógica e antiautoritária. Colocada desse modo, Freire propõe um esclarecimento prévio sobre a “essência humana”, indicando o essencial para a existência do homem.

(...) Entendemos que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas no mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é. (...)

Do ser inacabado que é e cuja plenitude se acha na ligação com seu Criador. Ligação que, pela própria essência, jamais será de dominação ou de domesticação, mas sempre de libertação. Daí que a Religião – religare – que encarna este sentido transcendental das relações do homem, jamais deva ser um instrumento de alienação. Exatamente porque, ser finito e indigente, tem o homem na transcendência, pelo amor, o seu retorno à sua Fonte, que o liberta. (FREIRE, 2003, p. 47-49)

Para Freire, a educação constitui-se no instrumento de mudança em uma sociedade marcada pelo conflito entre o “velho” e o “novo”. Para o autor, nem as transformações ocorridas ao longo da República permitiram a ascensão dos interesses populares. Nesse cenário, o Golpe de 1964 foi a expressão de força das elites na luta pela manutenção de seus privilégios.

Nesse cenário, a manutenção da “ignorância” constituía-se em um dos pilares da exclusão e da condição do homem objeto. Em oposição, a educação libertadora constitui-se em um instrumento de construção de um novo homem auxiliando-o na tomada de consciência, o que possibilita a luta política contra a opressão. Assim, a educação é concebida como instrumento de mudança da realidade numa dimensão de ação cultural libertadora. Portanto, seu objetivo era a formação de homens críticos, capazes de serem reconhecidos em sua essência. Dentro dessa perspectiva, a intervenção do educador não deve constituir-se em simples ativismo político, mas sim o trabalho através do qual as pessoas vão se assumindo como sujeitos indagadores, como indivíduos em processo permanente de busca, de descoberta da razão de ser das coisas. Dessa forma, a grande preocupação de Freire é a construção de uma prática voltada para a inserção do homem na História como sujeito e não como objeto como o identifica ao longo da História colonial e nos períodos posteriores marcadas pela “cultura do silêncio”.

Assim, a desumanização expressa uma sociedade fechada e sem diálogo. O homem não participa das tarefas do seu tempo. A consciência oprimida e acrítica está imersa na realidade ou afogada nela, ligada ao mundo da natureza, da qual se sente parte e não transformadora.

¹ Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp.

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade decidir. (...) As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. (FREIRE, 2003, p. 51)

Se Freire condena as elites que se apegam ao poder na defesa de seus interesses, também se opõe às ambições das novas elites que manipulam as massas recém-alfabetizadas ou que despertam ilusões por um ativismo sectário. Assim, o autor demonstra sua apreensão com o processo de massificação, bem como com as propostas autoritárias fundadas em nome de uma posição pedagógica antiautoritária. Por isso, a opção que se coloca é o radicalismo distanciado do ativismo.

A radicalização, que implica no enraizamento que o homem faz, é positiva, porque preponderantemente crítica. Porque crítica e amorosa, humilde e comunicativa. O homem radical na sua opção, não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor sua opção. Dialoga sobre ela. Está convencido de seu acerto, mas respeita no outro o direito de também julgar-se certo. Tenta convencer e converter, e não esmagar o seu oponente. Tem o dever, contudo, por uma questão mesma de amor, de reagir à violência dos que lhe pretendam impor silêncio. (...) A posição radical que é amorosa, não pode ser autoflageladora. Não pode acomodar-se passivamente diante do poder exacerbado de alguns que leva à desumanização de todos, inclusive dos poderosos. (...) E a sectarização tem uma matriz preponderantemente emocional e acrílica. É arrogante, antidualógica e por isso anticomunicativa. É reacionária, seja assumida por direitista, que para nós é um sectário de “nascença”, ou esquerdista. O sectário nada cria porque não ama. Não respeita a opção dos outros. (FREIRE, 2003, p. 58-59).

Como se vê, Freire propõe o diálogo que se produz à educação libertadora. Essa busca deve investigar o *universo temático* dos educandos ou o conjunto dos temas geradores do conteúdo. Por ser dialógica já é problematizadora e proporciona a tomada de consciência dos indivíduos sobre sua realidade. O educando deve descobrir-se como construtor desse mundo da cultura. Somente a consciência crítica organiza um recorte viável da realidade, concebendo os fatos como eles e as suas múltiplas relações. Por crer que o mundo é passível de mudança, à consciência crítica liga-se ao mundo da cultura e não da natureza.

Tratava-se de despertar o homem adormecido combatendo à “cultura do silêncio”, à “consciência mágica”, além do assistencialismo, que negam em sua essência a “vocação” do homem ser sujeito. Afinal, para Freire, no assistencialismo não existe responsabilidade e muito menos decisão, mas apenas passividade. Em contra partida, para o autor o existir expressa um conceito dinâmico, que se concretiza no diálogo eterno do “homem com o homem”. “Do homem com o seu criador”.(p. 68) Como se vê, nos postulados de Freire encontramos a crítica à alienação imposta pela “educação de elite”. Em outras palavras, o combate à alienação em Freire superestima a educação como instrumento de transformação. Dessa cabe a pergunta: Não seria a alienação o fruto de uma sociedade marcada pela divisão de classes antagônicas, onde o fruto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas ao proprietário dos meios de produção?

Ainda que Freire denuncie os privilégios e as contradições, a perspectiva adotada é marcada pelo idealismo. Para o autor, a formação histórica marcada pela inexistência das

relações democráticas constitui-se em um outro elemento explicativo da ausência de diálogo presente em nossa sociedade.

Faltou aos colonos que para cá se dirigiram, ânimo fundamental, que teria dado, possivelmente, outro sentido ao desenvolvimento de nossa colonização. Faltou-lhes *integração com a colônia*. Com a terra nova. Sua intenção preponderante era realmente de explorá-la. A de ficar sobre ela. Não a de ficar nela e com ela. Integrados. Daí, dificilmente virem animosos a trabalhá-la. De cultivá-la. (FREIRE, 2003, p.76)

Partindo de uma análise fundamentalmente culturalista, Freire encontra no processo colonizador a origem do mandonismo das elites, além das atitudes paternalistas e relações de dependência.

Mesmo quando as relações humanas se façam, em certo aspecto, macias, de senhores para escravo, de nobre para plebeu, no grande domínio não há diálogo. Há paternalismo. Condescendência de adulto para “menor”. Assim, é que em tais circunstâncias, surpreendidas por estudiosos de nossa formação, se fala em “bondade do senhor”. De sua “compreensão humana”. De sua “condescendência”. Condescendência e bondade de alguns senhores, que atraíram muito negro de senhores duros. (FREIRE, 2003, p.78)

Prosseguindo em sua análise, nem mesmo as alterações ocorridas no transcorrer do século XIX modificaram os hábitos e a mentalidade de uma sociedade marcada em suas formas e expressões basicamente pelo senhor e o escravo.

Continuávamos, assim, a alimentar nossa **inexperiência democrática** e a dela nos alimentar. **Com imposições**. Com o desconhecimento de nossa realidade.

E seria sobre esta vasta inexperiência caracterizada por uma **mentalidade feudal**, alimentando-nos de uma estrutura econômica e social inteiramente colonial, que inaugurávamos a tentativa de um **estado formalmente democrático**.

Importávamos a estrutura do estado nacional democrático, sem nenhuma prévia consideração a nosso contexto.(...)

Importávamos o estado democrático não apenas quando não tínhamos nenhuma experiência de autogoverno, inexistente em toda a nossa vida colonial, mas também e sobretudo quando não tínhamos ainda condições capazes de oferecer ao “povo” inexperimentado, circunstâncias ou clima para as primeiras experiências verdadeiramente democráticas. (FREIRE, 2003, p.86-87) (o grifo é meu)

Assim, segundo Freire, nem a proclamação da República alterou o legado histórico da colonização marcado pela exclusão. Porém, cabe ressaltar que o processo colonizador propulsor do capitalismo em escala mundial conviveu perfeitamente com formas brutais de exploração do trabalho. Evidentemente, a democracia importada do “velho continente” convivia muito bem com a escravidão. Dessa forma, barbárie acompanhou o processo “civilizador” da colonização européia, pois a dominação foi inerente a todos os processos de colonização.

Nesse sentido, se o propósito é o conhecimento do passado colonial para a compreensão do processo de formação do homem contemporâneo, entendemos que a qualificação de nossa estrutura como feudal é equivocada. Afinal, a formação colonial da América portuguesa vinculou-se economicamente aos interesses do mercado europeu.

Porém, para além dos conceitos qualificadores da economia colonial, a proposta para construção de projeto autônomo da nação brasileira implicaria em uma “educação crítica e criticizadora”, que por sua vez, deveria ser acompanhada das reformas econômico-sociais. Assim, a educação para Freire não é algo milagroso que por si fosse a responsável pelas transformações necessárias à passagem da sociedade brasileira para uma nova fase. No entanto, cabe perguntar: até que ponto as reformas sem alterar as estruturas de classe são suficientes para eliminar a alienação do homem?

Freire insiste na necessidade de uma educação corajosa, que colocasse diante do homem comum os problemas de seu tempo. Diante de uma sociedade que vinha sofrendo transformações tão profundas, era necessário um trabalho educacional voltado para a responsabilidade político-social.

Sentíamos, igualmente, que estava a nossa democracia, em aprendizagem, sob certo aspecto, o histórico-cultural, formalmente marcada por descompassos nascidos de nossa inexperiência do autogoverno. Por outro lado, ameaçada pelo risco de não ultrapassar a transitividade ingênua, a que não seria capaz de oferecer ao homem brasileiro, nitidamente, a apropriação do sentido altamente mutável da sua sociedade e do seu tempo. Mais ainda, não lhe daria, o que é pior, a convicção de que participava das mudanças de sua sociedade. Convicção indispensável ao desenvolvimento da democracia. Duplamente importante se nos apresentava o esforço de reformulação de nosso agir educativo, no sentido da autêntica democracia. Agir que, não esquecendo ou desconhecendo as condições culturais de nossa formação paternalista, vertical, por tudo isso antidemocrática, não esquecesse também e sobretudo as condições novas da atualidade. (FREIRE, 2003, p.99)

Se há um fio que costura o texto de Freire, é a influência nacional-desenvolvimentista presente nos discursos do ISEB. Dessa forma, a educação é apresentada como o instrumento de construção do desenvolvimento econômico.

Como aprender a discutir e a debater com uma educação que impõe?
Ditamos idéias. Não trocamos idéias. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, que quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção. (...) Daí a necessidade que sentíamos e sentimos de uma indispensável visão harmônica entre a posição verdadeiramente humanista, mais e mais necessária ao homem de uma sociedade em transição como a nossa, e a tecnológica. (FREIRE, 2003, p.105)

Dito de forma sintética, a educação deve constituir-se em um instrumento de inserção do homem na história como sujeito. Assim, o homem deve encontrar na escola os meios de auto-emancipação intelectual, apropriando-se criticamente do conhecimento que a classe dominante detém.

Por outro lado, a proposta de Freire parece supervalorizar a contribuição do educando, o que seduz inúmeros educadores até o momento. Porém, isso implicaria necessariamente em um compromisso político progressista? Afinal, até que ponto é possível a democratização da cultura e não a sua vulgarização sem um instrumental adequado? A defesa sempre necessária da liberdade, dentro da perspectiva freireana, não deixaria os trabalhadores em uma posição

de inferioridade diante das elites? Sob esse aspecto, perguntamos até que ponto é possível o diálogo em condições de igualdade entre educador e educando? Evidentemente que tais questionamentos não implicam na defesa de uma posição autoritária em educação, mas julgamos necessário combater o espontaneísmo que as posturas de Freire podem ensejar.

Bibliografia:

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.